

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

CNPJ 03.558.096/0001-04



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o *Brexit* (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constituiu em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente

internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Receita líquida com títulos de capitalização	88,7	110,5	(19,7%)
Variação das provisões técnicas e para resgate	1,2	(4,0)	NA
Resultado com sorteio	(37,5)	(52,5)	28,6%
Custos de aquisição	(24,6)	(25,7)	4,2%
Outras receitas e despesas operacionais	0,6	(1,7)	NA
Despesas administrativas, tributos	(42,0)	(46,8)	10,4%
Resultado financeiro	51,9	59,9	(13,3%)
Resultado patrimonial	35,3	33,2	6,4%
Lucro líquido do exercício	60,2	56,2	7,2%

3. Comentário sobre o desempenho: A receita líquida com títulos de capitalização da Sulacap totalizou R\$88,7 milhões em 2016, 19,7% inferior à receita apresentada em 2015. O resultado com sorteio ficou 28,6% melhor que no ano anterior e o custo de aquisição ficou 4,2% abaixo do verificado em 2015. O resultado financeiro foi de R\$51,9 milhões, uma queda de 13,3% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido no período foi de R\$60,2 milhões, 7,2% acima do apresentado em 2015.

Destinação do lucro líquido do exercício	2016	2015
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	73,7	73,8
(-) Impostos e contribuições	(12,2)	(16,1)
(-) Participações	(1,3)	(1,5)
Subtotal	60,2	56,2
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3,0)	(2,8)
Lucro líquido ajustado	57,2	53,4
Dividendos mínimos obrigatórios	14,3	13,4
Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	14,3	-
Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	2,7	-
Bruto	20,0	-
Imposto de renda	(3,0)	-
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	13,4
Constituição da reserva estatutária	37,2	40,0

5. Investimentos: Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$97,4 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

7. Acordo de acionistas: A Sul América Capitalização S.A. - SULACAP não é parte de acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante		776.975	906.462
Disponível	-	727	1.884
Caixa e bancos	-	727	1.884
Aplicações	5	733.735	865.037
Créditos das operações de capitalização		18.265	22.966
Créditos das operações de capitalização	6	18.265	22.966
Títulos e créditos a receber		24.216	16.553
Títulos e créditos a receber	7	8.172	8.392
Créditos tributários e previdenciários	8	14.973	6.347
Outros créditos	14.1	1.071	1.814
Despesas antecipadas		32	22
Ativo não circulante		229.329	215.957
Realizável a longo prazo		119.779	146.825
Títulos e créditos a receber		119.779	146.825
Títulos e créditos a receber	7	102	310
Créditos tributários e previdenciários	8	16.693	43.644
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	102.984	102.871
Investimentos		105.352	68.149
Participações societárias	9	97.449	60.208
Imóveis destinados a renda	-	6.870	6.870
Outros investimentos	-	1.033	1.071
Imobilizado		630	806
Imóveis de uso próprio	-	27	28
Bens móveis	-	603	778
Intangível		3.568	177
Outros intangíveis	-	3.568	177
Total do ativo		1.006.304	1.122.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2016	2015
Receita líquida com títulos de capitalização		171	88.699
Arrecadação com títulos de capitalização	-	714.845	792.213
Variação da provisão para resgate	-	(626.146)	(681.707)
Variação das provisões técnicas		1.202	4.018
Resultado com sorteio		(37.459)	(52.473)
Custos de aquisição		172	(24.628)
Outras receitas e despesas operacionais		18,3	5,77
Outras receitas operacionais	-	6.936	5.857
Outras despesas operacionais	-	(6.359)	(7.553)
Despesas administrativas		174	(35.919)
Pessoal próprio	-	(25.940)	(27.223)
Serviços de terceiros	-	(5.472)	(8.398)
Localização e funcionamento	-	(4.025)	(3.982)
Publicidade e propaganda	-	(764)	(493)
Publicações	-	(123)	(202)
Donativos e contribuições	-	(328)	(643)
Despesas administrativas diversas	-	733	(2.032)
Despesas com tributos		175	(6.037)
Resultado financeiro		176	51.929
Receitas financeiras	-	131.363	121.540
Despesas financeiras	-	(79.434)	(61.668)
Resultado patrimonial		35.295	33.163
Receitas com imóveis de renda	-	17	17
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	-	(62)	(46)
Receitas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	9	35.287	33.939
Despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	9	-	(460)
Receitas com outros investimentos	-	53	-
Despesas com outros investimentos	-	-	(287)
Resultado operacional		73.659	72.846
Ganhos e perdas com ativos não correntes		16	926
Resultado antes dos impostos e participações		73.675	73.772
Imposto de renda	177	(6.813)	(10.678)
Contribuição social	177	(5.367)	(5.397)
Participações sobre o lucro	-	(1.250)	(1.489)
Lucro líquido		60.245	56.208
Quantidade de ações		374	374
Lucro líquido por ação		161,08	150,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01/01/2015	180.518	9	3.683	29.048	151.460	13.586	194.094	(23.717)	-	354.587
Dividendos adicionais propostos aprovados AGE 31/03/2015 R\$36.326,20 por ação	-	-	-	-	-	(13.586)	(13.586)	-	-	(13.586)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(46.807)	-	(46.807)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	56.208	56.208
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	2.810	-	-	2.810	-	(2.810)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	40.048	-	40.048	-	(40.048)	-
Dividendos obrigatórios - R\$35.695,18 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.350)	(13.350)
Saldo em 31/12/2015	180.518	9	3.683	31.858	191.508	-	223.366	(70.524)	-	337.052
Dividendos complementares propostos aprovados na AGO de 30/03/2016 - R\$114.572,99 por ação	-	-	-	-	(42.850)	-	(42.850)	-	-	(42.850)
Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e reatificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$148.000 à razão de R\$395.721,92 por ação.	-	-	-	-	(148.000)	-	(148.000)	-	-	(148.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	65.170	-	65.170
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	60.245	60.245
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	3.012	-	-	3.012	-	(3.012)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	37.233	-	37.233	-	(37.233)	-
Juros sobre o capital próprio sendo R\$53.475,93 por ação conforme RCA do dia 19/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldo em 31/12/2016	180.518	9	3.683	34.870	37.891	-	72.761	(5.354)	-	251.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais)

Descrição	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	60.245	56.208
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	455	298
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	-	(130)
Resultado de equivalência patrimonial	(35.287)	(33.479)
Outros ajustes	2.352	5.592
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	181.331	(36.431)
Créditos das operações de capitalização	4.701	59.478
Créditos fiscais e previdenciários	18.619	(5.637)
Depósitos judiciais e fiscais	7.256	(5.175)
Despesas antecipadas	(10)	20
Outros ativos	1.006	5.654
Outras contas a pagar	(3.360)	12.747
Débitos de operações com capitalização	(73)	189
Depósitos de terceiros	(3.595)	(2.095)
Provisões técnicas - capitalização	(22.852)	(44.214)
Provisões judiciais	(22.910)	8.811
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	33.518	17.395
Impostos sobre o lucro pagos	(15.693)	(9.275)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	205.703	29.956
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	29	-
Imobilizado	204	108
Intangível	-	180
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(65)	(206)
Intangível	(2.828)	(129)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.660)	(47)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(204.200)	(32.317)
Outros	-	(1.283)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(204.200)	(33.600)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.157)	(3.691)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.884	5.575
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	727	1.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Lucro líquido do exercício		60.245	56.208
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	(552)	(381)
Efeitos fiscais	18	221	152
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Perdas, líquidas de ganhos, não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	18	50.029	(27.912)
Efeitos fiscais	18	(20.038)	11.165
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	35.510	(29.831)
Componentes do resultado abrangente		65.170	(46.807)
Resultado abrangente do exercício		125.415	9.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização. A Companhia também atua na participação em outras sociedades. O acionista principal da Companhia é a Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), que possui 94,38% de participação total da Companhia e tem como acionista controlador indireto a Sul América S.A. (SASA), que tem como principal acionista a Sulacap Participações S.A. (SULASAPAR), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que detém 50,84% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais de emissão da SASA, que representam, em conjunto, 25,64% do capital total da SASA, excluídas as ações mantidas em tesouraria. A SASA é uma Companhia de capital aberto e divulga, em 22/02/2017, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Nessas demonstrações financeiras o termo "SulAm

continuação

negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a SulAmérica possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados ao valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso presente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 03 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, de acordo com o determinado pela SUSEP, conforme a seguir: **3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em contrato. **3.7.2. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tantos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsão contratual. **3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato. **3.7.4. Provisão para sorteios a pagar (PSP):** A PSP deve ser constituída a partir da data de realização do sorteio devendo ser atualizada conforme previsão contratual. **3.7.5. Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. Com base em um histórico de informações é projetado o valor presente esperado das despesas administrativas futuras. As projeções são efetuadas considerando apenas as despesas necessárias à manutenção do negócio. **3.8. Provisões para ações judiciais: Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores pagos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos cíveis e pela Taxa Referencial (TR) e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, estão contabilizados na rubrica "Contas a pagar - obrigações a pagar", no passivo não circulante, independentes da probabilidade de perda. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o plano de contribuição definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os beneficiários de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.10. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. O plano é de outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir do dia anterior a data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos. **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1); e • Ações fiscais (nota 15.2). **3.13. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.14. Normas emitidas e revisadas: 3.14.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas - Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014 - Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações à IAS 1 Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras - Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Entidades de

investimento: aplicação da exceção de consolidação (aditamentos ao IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28) - Em vigor a partir de 01/01/2016. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal para perdas a realizar (aditamentos ao IAS 12) - Em vigor a partir de 01/01/2017; • Classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações (aditamentos ao IFRS 2) - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Iniciativa de divulgação (aditamento à IAS 7) - Em vigor a partir de 01/01/2017; • Melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 - 2016 - Em vigor a partir de 01/01/2018; e • Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40). Em vigor a 01/01/2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que a Companhia ainda não concluiu as suas análises, considerando que a sua adoção foi postergada para 2021 pelo IASB, somente para as companhias predominantemente seguradoras. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management - ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. A tabela abaixo demonstra a concentração da arrecadação com títulos de capitalização da Companhia por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2016	2015
SP	274.572	38,41%
MJ	79.146	11,07%
RJ	110.271	15,43%
SC	17.402	2,43%
PR	43.580	6,10%
DF	36.790	5,15%
CE	21.121	2,95%
RS	79.889	11,18%
BA	9.598	1,34%
GO	15.994	2,24%
Outros	26.482	3,70%
Total	714.845	100%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Nos produtos de Capitalização, o risco de subscrição decorre da possibilidade de perdas associadas à comercialização das séries de sorteios. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializadas na Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos.

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	2016	
										Valor contábil	2015
Instrumentos financeiros											
Aplicações financeiras	57.865	21.483	159.902	463.443	4.491	14.584	721.768	733.735	11.967	733.735	
Valor justo por meio do resultado	57.865	638	-	1.899	169	-	60.571	60.571	-	60.571	
Disponível para venda	-	20.845	159.902	461.544	4.322	14.584	661.197	673.164	11.967	673.164	
Títulos de capitalização	-	603.902	-	-	-	-	603.902	-	-	603.902	
Provisões técnicas	-	603.902	-	-	-	-	603.902	-	-	603.902	
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	12.141	2.914	8.741	8.256	-	-	-	-	32.052	
Total											

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam ser materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2016 96,8% (98,1% em 2015) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2016	2015
Renda fixa pública "risco soberano"	690.790	577.211
AAA	19.711	27.169
AA+ até AA-	5.161	16.198
A+ até A-	15.055	-
Outros	3.018	9
Total	733.735	865.037

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestões dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo

Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em capitalização:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de capitalização. As variáveis de medição escolhidas para representar as possíveis oscilações citadas são: despesas administrativas, custos de aquisição e variações das provisões para resgate.

Premissas	2016	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
	Aumento de 5% nas despesas administrativas	(393)	(216)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate	(31.307)	(17.219)	
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.231)	(677)	
Redução de 5% nas despesas administrativas	393	216	
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate	31.307	17.219	
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.231	677	

Premissas	2015	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
	Aumento de 5% nas despesas administrativas	(304)	(177)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate	(34.085)	(19.883)	
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.285)	(750)	
Redução de 5% nas despesas administrativas	304	177	
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate	34.085	19.883	
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.285	750	

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Riscos de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. As provisões técnicas matemáticas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 12.1. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos, bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores de resgates e sorteios frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalancamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2016 e 2015. **Alocação dos investimentos:**

Indexador	2016	2015
SELIC/CDI	366.209	568.051
IPCA	13.199	10.140
Pré-fixado	353.781	286.589
Outros	546	257
Total	733.735	865.037

4.3.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2016 e 2015.

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	2016	
										Valor contábil	2015
Instrumentos financeiros											
Aplicações financeiras	5.627	59.410	48.280	361.801	414.305	13.704	903.127	865.037	(38.090)	865.037	
Valor justo por meio do resultado	5.627	1.376	205	1.200	-	-	8.408	8.382	(26)	8.382	
Disponível para venda	-	58.034	48.075	360.601	414.305	13.704	894.719	856.655	(38.064)	856.655	
Títulos de capitalização	-	626.753	-	-	-	-	626.753	-	-	626.753	
Provisões técnicas	-	626.753	-	-	-	-	626.753	-	-	626.753	
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	12.072	2.794	8.073	10.316	-	33.255	-	-	33.255	

encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdessemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2016 e 2015, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

Patrimônio líquido contábil	2016	2015
Deduções:	251.617	337.052
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(97.449)	(60.208)
Despesas antecipadas	(32)	(22)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.807)	(1.808)
Ativos intangíveis	(3.568)	(177)
Obras de arte	(1.032)	(1.071)
Ajustes econômicos:	5.555	

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa - privados			39.590	39.928		39.928
Certificados de depósito bancário Pós-fixado CDI	-	-	5.119	5.161	109,2%CDI	5.161
Letras financeiras	-	-	34.471	34.767	115,02%CDI	34.767
Títulos de renda fixa - públicos			621.608	633.236		633.236
Notas do tesouro nacional - Série B	-	-	14.584	13.199	IPCA+5,04%a.a	13.199
Notas do tesouro nacional - Série F	-	-	206.903	211.400	12,00%a.a	211.400
Letras financeiras do tesouro	-	-	266.490	266.255	SELIC	266.255
Letras do tesouro nacional Pré-fixado	-	-	133.631	142.382	13,93%a.a	142.382
Cotas de fundos de investimento	60.572	60.571	-	-	-	60.571
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	57.857	57.857	-	-	-	57.857
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	2.715	2.714	-	-	-	2.714
Letras financeiras do tesouro	2.068	2.067	-	-	SELIC	2.067
Operações compromissadas	638	638	-	-	SELIC	638
Outros	9	9	-	-	-	9
TOTAL	60.572	60.571	661.198	673.164	-	733.735
Percentual de participação nas aplicações		8,26%		91,74%		100,00%
Total						733.735
Circulante						733.735

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. **5.2. Movimentação das aplicações:**

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 01/01/2015	89.210	767.308	856.518		
Aplicações	149.769	349.257	499.026		
Rendimentos resgate	(25.731)	(52.799)	(78.530)		
Principal resgate	(213.361)	(280.464)	(493.825)		
Resultado financeiro	8.466	101.265	109.731		
Ajuste no patrimônio líquido	-	(279.912)	(279.912)		
Outros recebimentos/(pagamentos)	29	-	29		
Saldo em 31/12/2015	8.382	856.655	865.037		

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 31/12/2015	8.382	856.655	865.037		
Aplicações	222.723	448.455	671.178		
Rendimentos resgate	(1.313)	(112.911)	(114.224)		
Principal resgate	(175.927)	(663.088)	(839.015)		
Resultado financeiro	6.180	94.024	100.204		
Ajuste no patrimônio líquido	-	50.029	50.029		
Outros recebimentos/(pagamentos)	526	-	526		
Saldo em 31/12/2016	60.571	673.164	733.735		

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2016		
	VaR 95% DV1=0,01%	Saldo em 01/01/2015	Saldo em 31/12/2015
Pré-fixado	1.408	72	
IPCA	132	16	
Total	1.540	88	

Fatores de risco	2015		
	VaR 95% DV1=0,01%	Saldo em 01/01/2015	Saldo em 31/12/2015
Pré-fixado	926	42	
IPCA	59	10	
Total	985	52	

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01, uma vez que effective duration é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados significativos devido à baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Permissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. **Nível 2: Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2016		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	2.705	57.866	60.571
Disponível para venda	633.236	39.928	673.164
Total	635.941	97.794	733.735

Descrição	2015		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	2.755	5.627	8.382
Disponível para venda	568.839	287.816	856.655
Total	571.594	293.443	865.037

6. Créditos das operações de capitalização: Em 31/12/2016, representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia, no valor de R\$18.265 (R\$22.966 em 2015). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros.

Descrição	2016		2015
	A vencer	Vencidos	
A vencer entre 01 e 30 dias	11.017	16.707	
A vencer entre 31 e 60 dias	6.374	5.505	
Total	17.391	22.212	
Total a vencer	17.391	22.212	

Descrição	2016		2015
	Total	Ativo	
Vencidos			
Vencidos entre 01 e 30 dias	438	482	
Vencidos entre 31 e 60 dias	194	165	
Vencidos acima de 60 dias	1.632	440	
Total	2.264	1.087	
Redução ao valor recuperável	(1.390)	(333)	
Total	874	754	
Total de créditos das operações de capitalização	19.655	23.299	
Total de redução ao valor recuperável	(1.390)	(333)	
Total	18.265	22.966	

Descrição	2016		2015	
	Total	Ativo	Total	Ativo
7. Títulos e créditos a receber:				
Contas a receber de corretores	2.003	2.104		
Contas a receber da venda de imóveis	1.274	1.478		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (a)	7.499	7.461		
Outras contas a receber	1.991	2.178		
Redução ao valor recuperável (b)	(4.493)	(4.519)		
Total	8.274	8.702		
Circulante	8.172	8.392		
Não circulante	102	310		

(a) Dividendos a receber de parte relacionada conforme descrito na nota 13. (b) Representam redução ao valor recuperável de: créditos a receber de corretores no montante de R\$2.399 (R\$2.002 em 2015), contas a receber da venda de imóveis de R\$968 (R\$967 em 2015) e outras contas a receber R\$1.126 (R\$1.550 em 2015).

8. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 8.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2016		2015	
	Saldo em 01/01/2015	Constituição Realização	Saldo em 01/01/2015	Constituição Realização
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)	17.662	9.074	17.662	9.074
Créditos tributários (nota 8.3)	26.433	45.767	26.433	45.767
Débitos tributários (nota 8.3)	(12.429)	(4.850)	(12.429)	(4.850)
Total	31.666	49.991	31.666	49.991
Circulante	14.973	6.347	14.973	6.347
Não circulante	16.693	43.644	16.693	43.644

Os créditos tributários são registrados no não circulante de acordo com a expectativa de realização. **8.2. Tributos a compensar / recuperar:**

Descrição	Atualização monetária		Baixa / compensação		31/12/2015
	01/01/2015	Adições	31/12/2016	Baixas	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.868	8.719	746	(7.830)	5.503
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.729	167	(502)	1.394
Programa de Integração Social - PIS	2.044	65	150	(82)	2.177
Total	5.912	10.513	1.063	(8.414)	9.074
Circulante					6.347
Não circulante					2.727

Descrição	Atualização monetária		Baixa / compensação		31/12/2016
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Baixas	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.503	7.387	167	(1.728)	11.329
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.394	4.178	27	(1.543)	4.056
Programa de Integração Social - PIS	2.177	-	100	-	2.277
Total	9.074	11.565	294	(3.271)	17.662
Circulante					14.973
Não circulante					2.689

8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios:

Descrição	Saldo em 01/01/2015		Saldo em 31/12/2015	
	Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	Realização	Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	Realização
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	25.600	6.244	(13.775)	18.069
Redução ao valor recuperável de créditos	1.874	857	(804)	1.927
Provisões	5.206	16.270	(15.150)	6.326
Participações nos lucros	-	629	(234)	395
Outros	69	-	-	69
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	32.749	24.000	(29.963)	26.786
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	2.292	-	(484)	1.808
Ajuste a valor de mercado	4.060	16.001	(4.837)	15.224
Outros	1.796	153	-	1.949
Total dos créditos tributários	40.897	40.154	(35.284)	45.767
Atualização de depósitos judiciais	-	(2.395)	-	(2.395)
Ajuste a valor de mercado	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos débitos tributários	(2.455)	(2.395)	-	(4.850)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	38.442	37.759	(35.284)	40.917

Descrição	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2016	
	Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	Realização	Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	Realização
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	18.069	7.630	(7.908)	17.791
Redução ao valor recuperável de créditos	1.927	968	(482)	2.413
Provisões	6.326	66	(4.916)	1.476
Participações nos lucros	395	277	(528)	144
Outros	69	-	(69)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	26.786	8.941	(13.903)	21.824
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	1.808	-	-	1.808
Ajuste a valor de mercado	15.224	1.900	(17.124)	-
Outros	1.949	852	-	2.801
Total dos créditos tributários	45.767	11.693	(31.027)	26.433
Atualização de depósitos judiciais	(2.395)	(2.786)	20	(5.161)
Ajuste a valor de mercado	(2.455)	(6.605)	1.792	(7.268)
Total dos débitos tributários	(4.850)	(9.391)	1.812	(12.429)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	40.917	2.302	(29.215)	14.004

Em 31/12/2016 e 2015, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social é de R\$9.036 e totaliza créditos de contribuição social diferidos no montante de R\$1.808. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. **Majoração da CSLL:** A Lei 13.169/15

12. Provisões técnicas: 12.1. Movimentação das provisões técnicas:

Descrição	Provisão matemática para capitalização (PMC)		Provisão para sorteios a realizar (PSR)		Provisão para sorteios a pagar (PSP)		Provisão complementar de sorteio (PCS)		Provisão para despesas administrativas (PDA)		Total
	Saldo em 01/01/2015	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 01/01/201								

continuação

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (c)		Sulasapar Participações S.A.	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h)		Saeapar Serviços e Participações S.A.	1.516	1.725	(1.444)	(1.304)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)		Ligada	5.723	5.997	(4.385)	(4.474)
Sul América Companhia de Seguros Saúde(a) (h) (k)		Controladora Indireta	1.626	-	(1.797)	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)		Ligada	-	-	(519)	(883)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)		Ligada	-	-	(619)	(1.074)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)		Ligada	-	-	(1.257)	(910)
Caixa Capitalização S.A. (f)		Coligada	-	-	-	-
Gouveia Vieira Advocacia (b)		Outros	-	-	(11)	(7)
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (b)		Outros	33	-	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)		Outros	-	-	(4)	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (i) (f)		Controladora	-	-	-	-
Demais companhias associadas (i) (f)		Outros	-	-	-	-
Total			8.898	7.722	(10.036)	(8.652)

(a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (b) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente à venda de títulos de capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição; (i) Valor referente a Juros Sobre Capital Próprio a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica; (j) Refere-se aos compromissos mobiliários entre as cias do grupo; e (k) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica e SulAmérica Cia Nacional de Seguros. Até 31/12/2016, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$33.518 (R\$17.395 em 2015) e pagou dividendos aos seus acionistas no montante de R\$204.200 (R\$32.317 em 2015), sendo R\$192.734 (R\$30.502 em 2015) para a Sul América Santa Cruz Participações S.A. e R\$11.466 (R\$1.815 em 2015) para os demais acionistas. **13.2. Remuneração da administração:** A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar			
2016	967	1.268	913
2015	3.441	-	274
Despesas			
2016	(1.987)	(215)	(346)
2015	(4.397)	(167)	(342)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10). **14. Compromissos e ônus a liquidar:** **14.1. Outros créditos:** Em 31/12/2016, o saldo de R\$1.071 (R\$1.814 em 2015) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto, principalmente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$948 (R\$1.400 em 2015). **14.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. **15. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2016 e 2015, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2016	2015
Fiscais:		
COFINS	31	29
PIS	23.444	21.431
CSLL	34.485	29.785
IRPJ	15.227	14.203
Outros	149	161
Previdenciárias:		
INSS	9.806	9.080
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	10.870	16.084
Ações cíveis	8.972	12.098
Total	102.984	102.871
Não circulante	102.984	102.871

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2015
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	15.764	4.411	3.115	(1.165)	22.125
Trabalhistas	9.545	568	911	(427)	10.597
Honorários	1.110	880	311	(73)	2.228
Outros	400	599	652	(22)	1.629
Subtotal	26.819	6.458	4.989	(1.687)	36.579
Tributárias: (a)					
PIS	16.296	204	1.185	(2)	17.683
CSLL	16.183	2.083	2.669	(1.160)	19.775
Honorários	4.423	399	-	(184)	4.638
Subtotal	36.902	2.686	3.854	(1.346)	42.096
Previdenciárias:					
INSS	8.368	106	583	-	9.057
Total	72.089	9.250	9.426	(3.033)	87.732
Circulante					1.715
Não circulante					86.017

Descrição	Saldos em 31/12/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2016
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	22.125	1.541	2.969	(16.629)	10.006
Trabalhistas	10.597	753	889	(1.728)	10.511
Honorários	2.228	154	297	(1.662)	1.017
Outros	1.629	526	(487)	(623)	1.045
Subtotal	36.579	2.974	3.668	(20.642)	22.579
Tributárias: (a)					
PIS	17.683	2.592	1.515	-	21.790
CSLL	19.775	701	2.569	(9)	23.036
Honorários	4.638	139	28	(214)	4.591
Subtotal	42.096	3.432	4.112	(223)	49.417
Previdenciárias:					
INSS	9.057	28	721	-	9.806
Total	87.732	6.434	8.501	(20.865)	81.802
Circulante					943
Não circulante					80.859

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2016 são de R\$49.417 (R\$42.096 em 2015), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 10.1). **15.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2016 e 2015 são: **PIS:** A Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Companhia, questionou e depositou judicialmente: (i) a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. O processo judicial relativo à Emenda Constitucional nº 01/1994 encontra-se em segunda instância, aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela União Federal. O processo judicial relativo às Emendas Constitucionais nºs 10/1996 e 17/1997 encontram-se em segunda instância aguardando julgamento do recurso da Companhia. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade; e (ii) em fevereiro de 1999, com a promulgação da Lei nº 9.701/1998 e da Lei nº 9.718/1998, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta, e sua alíquota reduzida de 0,75% para 0,65%. A Companhia questionou a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, com base na Lei Complementar nº 7/1970 e vem provisionando e depositando judicialmente os valores devidos. O processo

encontra-se no Superior Tribunal de Justiça (STJ), aguardando julgamento de recurso da Companhia. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda em relação à receita da atividade e remota em relação à receita financeira. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados. **15.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2016 e 2015, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de capitalização, instituída pela Lei Complementar nº. 84/1996 e regulamentações/alterações posteriores, por entender que os serviços de corretagem de capitalização não são prestados às empresas de capitalização, estando desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, do artigo 22, da Lei nº 8.212/1991 com nova redação contida na Lei nº 9.876/1999. O processo encontra-se no STJ aguardando o julgamento de recurso da Companhia. Os valores devidos encontram-se integralmente provisionados até maio de 2015. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

15.5. Contingências: Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$166.314 (R\$145.151 em 2015), dos quais o valor de R\$41.900 (R\$28.789 em 2015) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$124.414 (R\$116.362 em 2015) é composta, principalmente, pela glosa do prejuízo fiscal, base negativa e não homologação de tributos na esfera administrativa. **16. Patrimônio líquido:** **16.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2016 e 2015 é de R\$180.518, dividido em 374 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 20% do capital social. **16.3. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **16.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **16.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 30/03/2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos com base no excesso de reservas de lucros, no montante de R\$42.850 à razão de R\$114.572,99 por ação, pagos aos acionistas em 13/04/2016. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 11/05/2016 e rerratificou em 10/08/2016 a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/04/2016, no montante de R\$148.000 à razão de R\$395.721,92 por ação, pagos aos acionistas em 16/05/2016. Em 19/12/2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$20.000 sendo R\$53.475,93 por ação, a ser pago aos acionistas a partir de 18/04/2017. **16.6. Distribuição de resultado:**

	2016	2015
Destinação do lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	73.675	73.772
(-) Impostos e contribuições	(12.180)	(16.075)
(-) Participações	(1.250)	(1.489)
Subtotal	60.245	56.208
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.012)	(2.810)
Lucro líquido ajustado	57.233	53.398
Dividendos mínimos obrigatórios	14.308	13.350
Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	14.308	-
Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	2.692	-
Bruto	20.000	-
Imposto de renda	(3.000)	-
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	13.350
Constituição da reserva estatutária	37.233	40.048

Descrição	2016	2015
17. Detalhamento das contas do resultado:		
17.1. Receita líquida com títulos de capitalização:		
Descrição	2016	2015
Arrecadação com título de capitalização	724.463	799.657
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização	(9.618)	(7.444)
Variação da provisão para resgate	(626.146)	(681.707)
Total	88.699	110.506
17.2. Custos de aquisição:		
Descrição	2016	2015
Despesas de corretagem	(20.330)	(20.069)
Despesas de custeamentos de venda	(4.298)	(5.637)
Total	(24.628)	(25.706)
17.3. Outras receitas e despesas operacionais:		
Descrição	2016	2015
Receita com resgates de títulos de capitalização	2.458	2.621
Receita com prescrição de exigibilidade	3.364	2.372
Despesas com provisões cíveis	(2.895)	(5.009)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.350)	(1.680)
Total	577	(1.696)

Ativos financeiros disponíveis para venda	Benefício pós emprego	Total
Base de cálculo	(552)	49.477
Imposto de renda	(12.507)	138
Contribuição social	(7.531)	83
Total	(20.038)	221
Líquido	(331)	29.660

Ativos financeiros disponíveis para venda	Benefício pós emprego	Total
Base de cálculo	(27.912)	(381)
Imposto de renda	6.978	95
Contribuição social	4.187	57
Total	11.165	152
Líquido	(16.747)	(19.796)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragóiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria: Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos. **Diretores:** Arthur Farme d'Amoed Neto; Laenio Pereira dos Santos; Reinaldo Amorim Lopes.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076.168/O-7

Atuária: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

Parecer dos atuariários independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuariários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os

demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência acima referidos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica Pessoal Próprio, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016	2015
Remunerações	(10.212)	(9.846)
Encargos sociais	(3.661)	(3.738)
Indenizações e rescisões	(6.525)	(4.958)
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.084)	(2.369)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(1.106)	(977)
Previdência privada	(590)	(595)
Outros benefícios	(566)	(172)
Total	(23.744)	(22.655)

17.5. Despesas com tributos:

Descrição	2016	2015
COFINS	(2.327)	(2.556)
PIS	(2.805)	(433)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(621)	(492)
Outros	(284)	(348)
Total	(6.037)	(3.829)

17.6. Resultado financeiro:

17.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	100.204	109.731
Valor justo por meio do resultado	6.180	8.466
Disponível para venda	94.024	101.265
Operações de capitalização	(43.391)	(42.480)
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(547)	(1.226)
Outros	(4.337)	(6.153

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, até a presente data:

- Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê;
- Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da

Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia;

- Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio;
- e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, considerando-

as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Renato Russo - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5



PESQUISA PULSO BRASIL

Famílias brasileiras que continuam endividadadas em 2017 somam 31%

Segundo estudo, nas classes AB e C a maior parte das pessoas disseram manter as dívidas de 2016

As famílias que mantiveram o mesmo grau de endividamento neste início de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado são 31% do total. Em segundo lugar aparecem as famílias que não se consideram endividadadas (27%), seguida por menos endividadadas (22%) e mais endividadadas (19%). É o que mostra a pesquisa Pulso Brasil, encomendada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas (Depecon), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Ciesp junto

ao Instituto Ipsos Public Affairs, divulgada ontem em São Paulo. A pesquisa contempla tudo o que as famílias devem pagar no período apresentado, como contas domésticas, cheque especial e cartão de crédito. A margem de erro da pesquisa é de 3 pontos. O levantamento teve uma mostra de 1200 entrevistados em 72 municípios em todo o Brasil. O cenário apurado mostra-se diferente quando são avaliadas as classes sociais. Enquanto nas classes AB e C a maior parte das pessoas

manter o mesmo endividamento em relação a 2016 (32% e 33%, respectivamente), a maior parte da classe DE (33%) informou não possuir dívidas no início deste ano. A pesquisa ainda revelou que a maioria dos entrevistados (66%) afirma não ter dívidas com bancos. Mas entre os que possuem, a maior parte (12% do total) diz que, apesar de dificuldades, consegue pagar no prazo. Os que deixam de pagar somam 7%, os que têm dificuldade para pagar, mas negociam o prazo são

5%, e os que não têm sentido dificuldade para pagamento são 10%. As contas de serviços, como luz, telefone, aluguel, mensalidade de planos de saúde, são as mais difíceis de serem pagas para 54% dos entrevistados, mas eles afirmam que conseguiram quitá-las no prazo. Já 32% disseram que não sentem dificuldade para pagar e apenas 10% declararam ter deixado de pagar. Os que têm sentido dificuldade e negociado prazo representam 4% dos entrevistados. Apesar do cenário de

crise, 68% das pessoas afirmaram que não consideram ficar inadimplentes, mas 32% deixariam de quitar alguns compromissos. Entre os que cogitam ficar inadimplentes, 49% consideram deixar de pagar primeiro as contas de serviços, como luz, água e telefone. Em seguida, 24% deixariam em aberto as parcelas com compras de eletrodomésticos, eletrônicos, telefonia e informática. Pagamentos a bancos receberam 20% das respostas e IPTU e IPVA, 17%. Já os pagamentos das dívidas com cartão de crédito

receberam apenas 2% das respostas, próximo a categorias como saúde (6%) e educação (2%). Levando em consideração a situação financeira das pessoas, a pesquisa mostra que 48% das famílias não têm nenhuma possibilidade de assumir uma nova dívida em 2017 e 25% têm menos chance. A constatação é a mesma para todas as classes econômicas ouvidas, ou seja, todos os grupos apontaram a expectativa de não contrair novas dívidas em 2017: AB (42%), C (44%) e DE (67%).

SÃO PAULO

Taxa de desemprego na região metropolitana passa de 16,2% para 17,1% no mês de janeiro

A taxa de desemprego nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo aumentou em janeiro, passando de 16,2% (em dezembro) para 17,1%, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita em conjunto pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A variação ficou acima do índice

medido em janeiro de 2016 (14%). O total de desempregados em janeiro foi estimado em 1,883 milhão de pessoas, com um acréscimo de 88 mil acima do registrado em dezembro último. A elevação ocorreu devido à redução de 153 mil vagas e à saída de 65 mil pessoas do grupo de concorrentes a um emprego. O levantamento indica, no entanto, que a proporção de pessoas em busca de

emprego cresceu de 13,5% para 14,1% e as que deixaram de procurar vagas por falta de perspectivas ou que desenvolveram atividades precárias, os chamados bicos, subiu de 2,7% para 3%. O nível de ocupação caiu em 1,6%, com um total estimado de 9,13 milhões de pessoas em atividades. Por setor, o de serviços foi o que efetivou o maior número de demissões (82 mil), com recuo de 1,5% na criação

de postos. Na indústria de transformação, 49 mil postos de trabalho foram fechados (-3,6%) e, na construção, 29 mil (-4,7%). O cenário menos ruim é do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, onde o saldo entre contratações e demissões foi considerado estável, porém, com mil empregados menos do que havia em dezembro e taxa de variação em -0,1%. A renda média, tanto

dos ocupados quanto dos assalariados, foi corrigida em 0,9% entre novembro e dezembro. Os rendimentos dos ocupados passaram para R\$ 2,028 mil e os dos assalariados, para R\$ 2,093 mil. Em dezembro do ano passado, na comparação com o mesmo mês de 2015, diminuiu em 14,4% o total de trabalhadores sem carteira assinada. Paralelamente, também recuou em 2% o número de emprega-

dos legalmente contratados ou com carteira assinada. Nos últimos 12 meses, o nível de ocupação teve queda de 4,1% com 387 mil vagas suprimidas. No período, 53 mil pessoas deixaram o mercado de trabalho, resultando no aumento de 334 mil no total de desempregados. A maior retração ocorreu na indústria de transformação, que fechou 179 mil postos de trabalho, o que significa recuo de 12,1%.

SEGURADORA

SulAmérica procura oportunidades de aquisição

A SulAmérica tem olhado oportunidades de aquisição e considera fazer eventuais compras, em saúde ou odontologia, caso surjam "boas oportunidades", de acordo com o presidente da seguradora, Gabriel Portella. "Temos

olhado e vamos olhar oportunidades de aquisição que sejam estratégicas e acrescentem valor como as feitas no passado. Se não tiver oportunidade, não muda a nossa trajetória orgânica", disse ele, em teleconferência com analistas e investi-

dores, ontem. Sobre a possibilidade de a SulAmérica ter olhado a carteira da Golden Cross, o vice-presidente de Controle e de Relações com Investidores da SulAmérica, Arthur Farne d'Amoed Neto, afirmou que a companhia não

comenta. A SulAmérica chegou a avaliar os números da Golden Cross para uma possível compra, mas teria desistido por conta de um grande passivo tributário e uma carteira formada, majoritariamente, por planos de pequenas e médias

empresas que pode esvaziar ao trocar de mãos. Questionado sobre a SulAmérica ter conquistado a conta do seguro saúde dos funcionários do Santander Brasil, Portella não comentou nomes específicos e disse que não há

nenhum contrato novo em vigor neste ano. Afirmou, porém, que o pipeline para novas contas é grande. A analistas, d'Amoed Neto destacou ainda que o nível de capital da SulAmérica está adequado para esse e para os próximos anos.